



etc, espaço, tempo e crítica
Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas
e outras coisas
ISSN 1981-3732
http://www.uff.br/etc
15 de Agosto de 2007, n° 2 (4), vol. 1

O território em tempos de globalização*

Rogério Haesbaert

Professor Associado do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense e Pesquisador do CNPq

Ester Limonad

Professora Associada do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense e Pesquisadora do CNPq

Email: ester_limonad@yahoo.com

Resumo

*Este trabalho é uma introdução ao estudo das novas territorialidades emergentes no final do século XX, época usualmente definida como aquela marcada por um processo que, genericamente, convencionou-se denominar de globalização. Esboça-se uma síntese das principais linhas de interpretação ainda hoje vigentes sobre este conceito (ou noção), incluindo a proposta para uma caracterização das múltiplas faces do território, verificando como se manifestam novas territorialidades como o **território-mundo** no âmbito dos processos de globalização/fragmentação.*

Palavras-Chave - Globalização/fragmentação, território, territorialidade, rede.

Abstract

This work is an introduction to the study of new emerging territorialities at the end of last century that has been usually defined as a time marked by a process generically called globalization. A synthesis of this concept (or notion) nowadays prevailing main lines of interpretation is sketched, including a proposal to characterize the multiple faces of the territory, verifying how new territorialities disclose as territory-world within globalization and fragmentation processes.

Key- Words - Globalization/fragmentation, territory, territoriality, network.

Este ensaio é uma abordagem introdutória ao estudo das novas territorialidades emergentes ao final do século XX, época tantas vezes definida como aquela marcada por um processo que, genericamente, convencionou-se denominar de globalização. Constitui, assim, uma tentativa em distinguir o que há de novo e o que ainda reproduz

antigos processos sociais, verificando portanto como se manifestam novas territorialidades como o território-mundo, propalado hoje por pesquisadores das mais diversas áreas. Após alguns comentários iniciais sobre algumas controvérsias em torno dos processos concomitantes de globalização e fragmentação, a concepção de território

* Esta é uma versão revisada e atualizada do artigo "O território em tempos de globalização" publicado na Revista Geo UERJ. Vol. 3 (5), 7-20. 1° semestre de 1999. Rio de Janeiro: Depto de Geografia –UERJ. (ISSN 1415-7543).

é abordada através de um breve resgate histórico, relacionando as mudanças conceituais com as principais transformações sociais em curso. Este ensaio se encerra com uma proposta de caracterização das múltiplas faces do território em um período marcado pelos processos da globalização, depois de proceder a um esboço sintético das principais linhas de interpretação ainda hoje vigentes sobre o conceito (ou noção) de globalização.

Controvérsias em torno da globalização

O termo globalização, nascido no âmbito do discurso jornalístico de teor econômico, tornou-se palavra da moda, e passou a ser utilizado de modo generalizado no discurso teórico de diversos campos do conhecimento. Pode-se dizer, com alguma ironia, que o que mais se globalizou foi a adoção deste termo para indicar a disseminação em escala planetária de processos gerais concernentes às relações de trabalho, difusão de informações e uniformização cultural.

A idéia de globalização, no fim do século XX, remete de imediato a uma imagem de homogeneização sócio-cultural, econômica e espacial. Homogeneização esta que tenderia a uma dissolução das identidades locais, tanto econômicas quanto culturais, em uma única lógica, e que culminaria em um espaço global despersonalizado.

Há que se considerar, porém, que tal idéia de homogeneização é falsa. Para ilustrar, tomamos como exemplo a anedota onde o remador das galés de uma nau trirreme romana sobe ao convés e diz ao capitão, "Assim não dá para continuar"; ao que o capitão, em meio a uma grande orgia, retruca "Como não? Estamos todos no mesmo barco!". Em síntese pode-se dizer que está em curso uma homogeneização (mesmo que ela se refira apenas à consciência de que

"estamos todos no mesmo barco"), mas que no entanto não atinge igualmente todos os segmentos sócio-espaciais, pois não somente ela se processa em pontos seletivamente escolhidos do globo terrestre como, em muitos casos, é obrigada a adaptar-se e/ou a reelaborar processos político-econômicos e culturais ao nível local. Há que se considerar, ainda, que se há uma homogeneização pelo alto, do capital e da elite planetária, há também uma homogeneização da pobreza e da miséria, considerando-se que, à medida que a globalização avança, tende a acirrar-se a exclusão sócio-espacial.

Se muitos autores afirmam que o mundo contemporâneo vive uma era de globalização, outros, por sua vez, enfatizam como característica principal do nosso tempo a fragmentação. Globalização e fragmentação constituem de fato os dois pólos de uma mesma questão que vem sendo aprofundada, seja através de uma linha de argumentação que tende a privilegiar os aspectos econômicos - e que enfatiza os processos de globalização inerentes ao capitalismo, seja através do realce de processos fragmentadores de ordem cultural, que podem ser tanto um produto (veja-se o multiculturalismo das metrópoles com o aumento do fluxo de migrantes de diversas origens) quanto uma resistência à globalização (veja-se o islamismo mais radical).

Rogério Haesbaert (1998a) distingue uma fragmentação inclusiva ou integradora, pautada numa lógica de "fragmentar para melhor globalizar" (como na formação de blocos econômicos), e uma fragmentação excludente ou desintegradora, que pode ser ao mesmo tempo um produto da globalização (a exclusão fruto da concentração de capital no oligopólio central capitalista) ou uma resistência a ela (no caso de grupos religiosos fundamentalistas, por exemplo).

A maior parte dos estudiosos vê a globalização - ou a mundialização, termo utilizado geralmente como homônimo - antes de tudo como um produto da expansão cada vez mais ampliada do capitalismo e da sociedade de consumo. Para alguns a distinção entre globalização e mundialização seria meramente idiomática, os ingleses preferindo a primeira, os franceses a segunda. No Brasil acabou se firmando a vertente anglo-saxônica, mas alguns autores diferenciam globalização - referida mais aos processos econômico-tecnológicos, e mundialização - referida mais aos processos de ordem cultural (ver por exemplo Renato Ortiz, 1994).

Karl Marx e Friedrich Engels no *Manifesto Comunista* já destacavam o caráter globalizador do capitalismo. O capital, em seu processo de reprodução, se expande tanto em profundidade - reordenando modos de vida e espaços já organizados e consolidados - como em extensão - através da incessante incorporação de novos territórios. Estes movimentos dialeticamente conjugados conduzem, tendencialmente, à produção de um *espaço global*.

As limitações deste trabalho não permitem aprofundar a questão das origens e bases históricas desse processo. Sem dúvida, a globalização não ocorreu de forma linear e sem resistências; passou por fases de aceleração e crises, impulsos tecnológicos e refreamentos sócio-políticos e encontra-se, em períodos mais recentes, cada vez mais subordinada aos imperativos do capital financeiro e dos fluxos mercantis e financeiros das grandes corporações transnacionais.

Cabe, entretanto, distinguir e diferenciar internacionalização e globalização. Internacionalização refere-se simplesmente ao aumento da extensão geográfica das atividades econômicas através das fronteiras nacionais, não constituindo, portanto, um fenômeno novo. A globalização da atividade econômica (capitalista) é qualitativamente

diferente: trata-se de uma forma mais avançada e complexa da internacionalização, implicando em um certo grau de integração funcional entre as atividades econômicas dispersas em escala planetária e em um crescimento cada vez mais pronunciado dos fluxos do capital financeiro de caráter volátil ou fictício.

A globalização - compreendida neste último sentido, portanto, é mais recente; acelera-se a partir dos anos 1960 e consolida-se no decorrer da década de 1970. Todo esse processo é facilitado e torna-se possível conforme se acelera a velocidade da circulação, mediada pela técnica, em particular pelas novas formas de tele-comunicação e comunicação mediada por computadores (redes) que constituem a "base material" do "espaço de fluxos" do capital financeiro. Isto leva autores como Manuel Castells (1996) a denominar a sociedade atual como uma sociedade-rede, pautada naquilo que Milton Santos (1985, 1994) denominou meio técnico-científico informacional.

A controvérsia entre globalização e fragmentação estabelece-se ao se observar que, ao lado destes processos dominantes de expansão e aprofundamento do capitalismo, que na década de 1990 incorporam ao seu domínio os antigos países socialistas, começam a surgir mobilizações em torno de propostas de contra-globalização.

Estas formas de resistência, bem como as próprias conseqüências mais diretas da globalização, conduzem a um processo de fragmentação que se manifesta na forma de exclusão, reforço de desigualdades etc e constituem, assim, o pólo oposto aos processos hegemônicos pretensamente homogeneizadores. A simples emergência de muitas novas-velhas territorialidades antepõe-se à idéia de globalização na medida em que, dialeticamente, enquanto a globalização remete à idéia de unidade do diverso, muitas territorialidades que hoje

emergem são de *per se* a própria diversidade.

Procura-se, aqui, trabalhar esta controvérsia ao nível das territorialidades que, supostamente, são expressões destes processos recentes, sejam eles de globalização e/ou de fragmentação. Uma análise das territorialidades que surgiram no mundo contemporâneo - quer sejam de fato novas ou não - pode contribuir para uma melhor compreensão do próprio processo de globalização e, quem sabe, ajudar a superar as visões dicotômicas (globalização versus fragmentação) através de uma perspectiva dialética, tanto no sentido de uma globalização que fragmenta como no de uma fragmentação que ao mesmo tempo se antepõe aos processos globais.

Para compreender até que ponto estas territorialidades em formação apresentam-se efetivamente como novas, impõe-se aprofundar, inicialmente, algumas questões relacionadas às concepções de território e territorialidade.

Território: algumas considerações teóricas

É possível partir de uma constatação aparentemente banal: sem dúvida o homem nasce com o território, e vice-versa, o território nasce com a civilização. Os homens, ao tomarem consciência do espaço em que se inserem (visão mais subjetiva) e ao se apropriarem ou, em outras palavras, cercarem este espaço (visão mais objetiva), constroem e, de alguma forma, passam a ser construídos pelo território. Autores como Claude Raffestin (1992) propõem uma distinção, da qual nem todos partilham, entre espaço, *prisão original*, primeira, e território, "a prisão que os homens constroem para si"¹.

Para Marcelo Lopes de Souza (1995 :97), Claude Raffestin "praticamente reduz espaço ao espaço natural, enquanto que território de fato torna-se, automaticamente, quase que sinônimo de espaço social". empobrecendo assim "o arsenal conceitual à nossa disposição" e não desenvolvendo a perspectiva *relacional*² a que o autor se propõe. De fato o território não deve ser confundido com a simples materialidade do espaço socialmente construído, nem com um conjunto de forças mediadas por esta materialidade. O território é sempre, e concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado (e não simplesmente construído, como o caso de uma cidade-fantasma no deserto norte-americano, exemplificado por Souza (1995)).

Desta forma, o importante a enfatizar aqui é que a noção de território deve partir do pressuposto de que:

- primeiro, é necessário distinguir território e espaço (geográfico); eles não são sinônimos, apesar de muitos autores utilizarem indiscriminadamente os dois termos - o segundo é muito mais amplo que o primeiro.
- o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza);
- o território possui tanto uma dimensão mais subjetiva, que se propõe denominar, aqui, de consciência, apropriação ou mesmo, em alguns casos, identidade territorial, e uma dimensão mais

¹ Muitos autores preferem privilegiar a dimensão política ao definirem território. Marcelo Lopes de Souza (1995: 97, grifos do autor), por exemplo, enfatiza o caráter especificamente político (p.84) do território, definindo-o como um "campo de forças, *as relações de poder*

especialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial".

² Grifo do autor.

objetiva, que pode-se denominar de dominação do espaço, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação político-econômica³.

Esse espaço tornado território pela apropriação e dominação social é constituído ao mesmo tempo por pontos e linhas *redes* e superfícies ou áreas *zonas*. É possível acrescentar então que são elementos ou unidades elementares do território aquilo que Raffestin denomina de malhas - que preferimos denominar de áreas ou zonas; e as linhas e os nós ou pontos - que, reunidos, preferimos denominar de redes.

Nas sociedades tradicionais prevaleceria uma construção de territórios baseada em *áreas* ou *zonas* e nas sociedades modernas predominaria a construção de territórios onde o elemento dominante seriam as *redes* ou a geometria dos pontos e linhas. A preponderância da dimensão mais subjetiva e/ou simbólica de apropriação do espaço nas sociedades tradicionais cede lugar, nas sociedades modernas, à dimensão mais objetiva ou funcional de dominação do espaço. Preponderância, note-se bem, pois nunca existiram espaços puramente simbólicos ou puramente funcionais⁴.

Se nas sociedades tradicionais o homem preenchia todos os *poros* de seu território através de uma apropriação simbólica onde, por exemplo, uma dimensão sagrada dotava de sentido o espaço em sua totalidade, nas sociedades modernas o território passa a ser visto antes de tudo, numa perspectiva utilitarista, como um instrumento de domínio, a fim de atender às necessidades humanas (e não "dos deuses", embora a

ciência, de alguma forma, também tenha construído suas próprias "divindades").

Pode-se dizer, assim, que enquanto o território mais estável nas sociedades tradicionais era em geral fragmentador e excludente em relação a outros grupos culturais mas profundamente integrador e holístico no que se referia ao interior do grupo social, no mundo moderno capitalista a fragmentação territorial interna ao sistema é uma necessidade vital para a sua reprodução (a começar pela instituição da propriedade privada e pela dessacralização da natureza, separada do social), sendo que esta forma de organização territorial, cada vez mais moldada pela mobilidade, pelos fluxos e pelas redes, tende a fragmentar e, destarte, assimilar todo tipo de cultura estrangeira.

A vinculação entre território e rede é extremamente polêmica. As abordagens vão desde aquelas que os distinguem de forma nítida, contrapondo as duas concepções (como por exemplo Badie (1995) e, de forma mais nuançada, Jacques Lévy (1993)), até aquelas que vêem uma simbiose praticamente total entre elas, fazendo desaparecer a especificidade das redes no interior dos territórios. Uma tendência importante, contudo, é aquela que propõe a rede como um elemento do território ou, no máximo, como uma das formas do território se apresentar. Ainda em 1981 Joël Bonnemaïson (:253-254) afirmava que

um território antes de ser uma fronteira é primeiro um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários. (...) A territorialização (...) engloba ao mesmo tempo aquilo que é fixação [enraizamento] e aquilo que é mobilidade, em outras palavras, tanto os itinerários quanto os lugares.

É polêmica também a relação território-lugar. Autores como Yi-Fu-Tuan (1983) chegam a preferir *lugar* ao invés de *território*, e vários outros autores trabalham com a concepção de lugar como uma nova noção contraposta ao

³ Pautamo-nos aqui na distinção feita por Henri Lefebvre (1986) entre domínio e apropriação do espaço.

⁴ Vide por exemplo o caso de Brasília, típica cidade "funcional" moderna, construída visando ao mesmo tempo a funcionalidade no zoneamento estrito do uso do solo e na livre circulação de veículos e o simbolismo do poder, da "capital da nação", através da imponência do seu urbanismo e da sua arquitetura.

conceito de rede. Deste modo, o lugar pode ser visto como o espaço da unidade e da continuidade do acontecer histórico (Santos, 1996:132) frente ao espaço dos fluxos e da descontinuidade das redes (Castells, 1996:423).

Ao se partir, porém, da noção mais ampla de espaço geográfico como um espaço relacional, definido pelas relações sociais, os espaço dos fluxos (ou das redes) e o espaço dos lugares não podem ser dissociados, porque o espaço social não existe sem os fluxos e as redes. Neste sentido a indagação de "como os significados espaciais podem estar ligados ou se desenvolver no interior de uma experiência na qual o 'o espaço dos fluxos' (...) supera o espaço dos lugares?", feita por Jeffrey Henderson e Manuel Castells (1987), torna-se nada mais do que uma figura de linguagem⁵.

Iremos optar, assim, por uma posição em que:

- o território pode ser uma noção mais ampla que lugar e rede mas pode também, em muitos casos, confundir-se com eles;
- a rede pode ser tanto uma forma de expressão/organização do território (principalmente na atual fase *globalizante*) quanto um elemento constituinte do território;
- o lugar, enquanto espaço caracterizado pela contigüidade e por ações de co-presença (GIDDENS, 1991), é uma das formas de manifestação do território, e embora no *lugar* não se privilegiem os fluxos e as redes, estes não podem ser vistos em contraposição a ele.

⁵ Neste sentido Ruy Moreira (1997:4), interpretando as noções de verticalidades e horizontalidades de Milton Santos, afirma que o lugar é ao mesmo tempo horizontalidade e verticalidade; por parte da primeira, ele "tem a capacidade de aglutinar numa unidade regional os elementos contíguos", enquanto, por outra parte da segunda, temos a "capacidade desses elementos aglutinados de se inserirem no fluxo vital das informações, que são o alimento e a razão mesma da rede".

No sentido de poder contribuir para a compreensão dessa mudança de significado do território, devemos analisar as formas com que hoje ele é apropriado, em um contraponto com as práticas sociais anteriores. Ora, o conjunto de práticas sociais e os meios utilizados por distintos grupos sociais para se apropriar ou manter certo domínio (afetivo, cultural, político, econômico etc...) sobre/atraves de uma determinada parcela do espaço geográfico manifesta-se de diversas formas, desde a territorialidade mais flexível até os territorialismos mais arraigados e fechados.

Em uma visão geopolítica do território, enquanto espacialidade social contida por limites e fronteiras sob o estatuto de um Estado-nação, por exemplo (mas nunca restrita apenas a ele), a territorialidade pode ser entendida como a estratégia geográfica para controlar/atingir a dinâmica de pessoas, fenômenos e relações através do manutenção do domínio de uma determinada área (Sack, 1986). O mundo contemporâneo, ao mesmo tempo em que se abre a fluxos como os do capital financeiro globalizado, exhibe inúmeros exemplos de fortalecimento dos controles territoriais, como é evidente nas fronteiras internacionais que se fecham aos fluxos migratórios.

Existe, assim, uma imensa gama de territórios sobre a superfície do globo terrestre e a cada qual corresponde uma igualmente vasta diversidade de territorialidades, com dimensões e conteúdos específicos. As conotações que a territorialidade adquire são distintas dependendo da escala, se enfocada ao nível local, cotidiano, ao nível regional ou ao nível nacional e supranacional. Igualmente, existem diversas concepções de território de acordo com sua maior ou menor permeabilidade: temos, desta forma, desde territórios mais simples, exclusivos /excludentes, até territórios totalmente híbridos, que admitem a existência concomitante de várias

territorialidades. Embora em vários períodos da história apareçam territorialidades múltiplas, sobrepostas (vide os múltiplos domínios territoriais medievais), elas são uma marca indiscutível do mundo globalizado / fragmentado.

Para fins didático-analíticos, distinguimos no Quadro I as diferentes concepções de território a partir de três linhas de abordagem conforme a dimensão social priorizada, sabendo que o que temos na realidade são distintas formas de fusão de ao menos três dimensões: jurídico-política, sempre mais enfatizada, a cultural e a econômica.

Quadro I - As abordagens conceituais de território em três vertentes básicas

Dimensão Privilegiada	concepções correlatas	concepção de território	territorialização		perspectiva da Geografia	exemplos de trabalhos próximos a esta vertente
			principais atores/ agentes	principais vetores		
jurídico-política (majoritária, inclusive no âmbito da Geografia)	<ul style="list-style-type: none"> Estado-nação fronteiras políticas e limites político-administrativos 	um espaço delimitado e controlado sobre / por meio do qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal	<ul style="list-style-type: none"> Estado-nação diversas organizações políticas 	relações de dominação política e regulação	Geografia Política (Geopolítica)	Alliès (1980) a visão clássica de Ratzel
cultural(ista)	<ul style="list-style-type: none"> lugar e cotidiano identidade e alteridade social cultura e imaginário <p>(imaginário: "conjunto de representações, crenças, desejos, sentimentos, em termos dos quais um indivíduo ou grupo de indivíduos vê a realidade e a si mesmo")</p>	produto fundamentalmente da apropriação do espaço feita através do imaginário e/ou da identidade social	<ul style="list-style-type: none"> indivíduos grupos étnico-culturais 	relações de identificação cultural	Geografia Humanística e/ou Geografia Cultural	Deleuze e Guattari (1972) Tuan (1980 e 1983)
econômica (muitas vezes economicista) minoritária	<ul style="list-style-type: none"> divisão territorial do trabalho classes sociais e relações de produção 	(des)territorialização é vista como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho	<ul style="list-style-type: none"> empresas (capitalistas) trabalhadores Estados enquanto unidades econômicas 	relações sociais de produção	Geografia Econômica	Storper (1994) Benko (1996) Veltz (1996)

Elaborada pelos autores.

O território entre a cultura e a natureza

Outra questão que merece um tratamento mais detalhado é aquela que diz respeito à indissociabilidade entre território e natureza, geralmente menosprezada pelos geógrafos. Com todas as controvérsias que esta diferenciação implica, natureza e cultura ou natureza e sociedade estão presentes

(ou pelo menos deveriam estar) em toda definição de espaço geográfico e território. Podemos mesmo partir da premissa de que as concepções de território bem como, aquela mais ampla, de espaço geográfico, transitaram ao longo do tempo entre uma visão mais naturalista ou naturalizante e uma visão mais culturalista ou sociologizante.

Na abordagem naturalista temos uma naturalização do território que pode se dar de duas formas:

- uma naturalização biologicista, que entende o homem /a sociedade como simples continuidade, extensão ou até mesmo *raiz* do mundo da natureza, que teria como *destino natural* (como os próprios animais) dominar certa parcela do espaço (seu *nicho ecológico*) e seus recursos para sobreviver (evitando, assim, na argumentação de seus defensores, dilemas como a superpopulação). A tese de Gaia, da Terra como um grande ser vivo, pode levar a conclusões vinculadas a esta perspectiva de território;
- uma naturalização de fundo funcional-economicista (e, em última instância, imperialista), como na tese determinista de que um Estado ou uma civilização só se desenvolvem, *progridem* a partir de sua expansão físico-territorial. Um exemplo disso são as "pan-regiões" de Karl Haushofer, ao longo de faixas longitudinais que iriam de um pólo ao outro, a fim de garantir, em cada uma delas, a diversidade e a auto-suficiência em recursos naturais.

Já no outro extremo, uma abordagem culturalista sobrevaloriza a constituição social do território, ao ponto de prescindir de qualquer base física ou *natural* para sua existência:

- numa visão que prioriza e sobrevaloriza o político (visão *politicista*), o território não passa de uma construção sócio-política, de um conjunto de normas ou forças que atuam sem ligação indissociável com a natureza ou com o ambiente físico socialmente construído;
- numa outra visão culturalista, de caráter sacralizador ou mitificador, o espaço que compõe um território não passa de uma dimensão simbólica, mítica, enquanto produto de uma sacralização totalizadora, *morada dos deuses* (ou o espaço se confundindo com os próprios deuses). Aqui, as leituras culturalista e naturalista do território acabam se confundindo, na medida em que a sacralização pode

tornar completamente indissociáveis sociedade e natureza.

De fato não podemos ignorar, principalmente no âmbito da Geografia, que a definição de território precisa levar em conta a dimensão material e/ou natural do espaço, mas sem sobrevalorizá-la. É importante não esquecer que há sempre uma base *natural* para a conformação de territórios e que, dependendo do grupo social que o produz (por exemplo, as comunidades indígenas), a relação dos grupos sociais com a *primeira natureza* pode mesmo ser primordial na sua definição. As diferenças naturais atuam em si mesmas como uma espécie de território - neste caso preferimos utilizar o termo *domínio natural* - que, com a modernidade e sua dinâmica tecnológica, acabaram bastante relativizadas. Hoje, entretanto, com a intensidade das transformações sócio-econômicas, de efeitos imprevisíveis, essa relação volta a receber atenção. Ecossistemas, biomas, desenvolvimento sustentável e biodiversidade são concepções que, sob prismas distintos, evidenciam esse *retorno* a uma natureza indissociavelmente ligada à dinâmica da sociedade.

O homem geralmente tem tratado o *espaço natural* exclusivamente como esses territórios-domínio, fechados em si mesmos, e não na sua imbricação com redes (tanto ligadas à própria dinâmica da natureza como socialmente construídas), vendo-o assim parcelizado, com fronteiras claras e não conectado através de fluxos globais. Vide os diferentes tipos de vegetação e solo e a dinâmica climática planetária - se os primeiros são marcados mais pela continuidade espacial, a segunda é marcada sobretudo por movimentos e fluxos globalmente conectados, e hoje nem um deles pode ser conhecido sem as múltiplas vinculações com as redes do capitalismo planetário.

Como já foi ressaltado, a diferenciação natural foi uma das primeiras bases para

a formação de territórios (e ainda o é em certos espaços/grupos sociais, como os indígenas da Amazônia, os tuaregues do Sahara ou os nômades mongóis e tibetanos). Fornecendo recursos diferentes e desigualmente distribuídos, bases físicas distintas para a ocupação, ela não só condicionou redes moldadas por uma divisão territorial do trabalho (especialmente nos setores extrativo e agrícola), mas também ajudou a moldar diferentes identidades territoriais, associadas às paisagens e ao tipo de recurso natural dominante.

Hoje, numa outra escala, aparece também a formação de territórios-reserva associados a uma rede de caráter mundial. As reservas naturais e os "patrimônios culturais da humanidade" podem ser considerados tipos específicos de território, produtos característicos da modernidade contemporânea⁶. Seu valor ao mesmo tempo simbólico e concreto e seu papel conservacionista parecem a princípio contradizer o espírito mutável da sociedade moderna ou, pelo menos, impor-lhe limitações de ordem ao mesmo tempo cultural e natural para a transformação do espaço geográfico.

A institucionalização de uma *natureza preservada* como objeto de contemplação na forma de santuários naturais (Berque, 1995) e, hoje, também como reserva biotecnológica, numa espécie de territórios-clausura (de acesso pelo menos temporariamente vedado), está sendo colocada em cheque na medida em que muitas espécies não irão sobreviver isoladas umas das outras, sendo imprescindível a criação de redes (corredores) que interliguem as diversas reservas, pelo menos aquelas pertencentes a um mesmo ecossistema.

⁶ Embora o primeiro parque nacional tenha sido criado ainda no século XIX (Yellowstone, nos Estados Unidos), áreas de preservação natural só se difundiram efetivamente em nível global a partir das décadas de 1950 e 1960.

Antigas e novas territorialidades

Se o território é uma construção histórica, sem esquecer que dele fazem parte diferentes formas de apropriação e domínio da natureza, as territorialidades também são forjadas socialmente ao longo do tempo, em um processo de relativo enraizamento espacial. Porém, se hoje o mapa da Europa, por exemplo, é redesenhado, retomando algumas configurações de muitas décadas atrás, porque falar em novas territorialidades? O que existiria de efetivamente novo?

Cabe aqui um breve parêntese, para considerar, ainda que de forma sumária, a identificação entre Estado e território e o seu caráter relativamente recente. No decorrer do século XX, até 1980, pode-se dizer que se consolidou uma identidade entre Estado e base espacial (ou, mais simplesmente, o Estado territorial moderno), a qual foi construída de distintas maneiras ao longo da história, construção em larga escala iniciada na alvorada da era moderna, no século XVI - salvo raras exceções, como a França (século VIII), Inglaterra (século XII) e Portugal (século XIII), entre outros.

Esta identidade entre Estado (enquanto fonte de poder) e espaço (tornado território) propiciou de certa forma a construção de uma unidade de base territorial com limites político-administrativos definidos, unidade esta alcançada muitas vezes mediante longos e extenuantes conflitos, em que identidades e culturas locais tiveram que se subordinar ou foram subjugadas, por um largo espaço de tempo, a uma identidade e cultura nacional alheia⁷.

⁷ Isto se deu tanto através de manobras políticas relacionadas aos direitos de sucessão real (Escócia anexada ao Reino Unido), como por acordos político-econômicos (caso da unificação da Alemanha no século XIX através da ação de Bismarck), através de lutas de unificação do território (caso da Itália) ou ainda pela coerção e força (países balcânicos que constituíam a antiga Iugoslávia) e pela definição arbitrária de espaços coloniais de dominação (vide a respeito a partilha da África no início do século XX) - estes, hoje, com fortes

Temos, assim, no processo de construção dos Estados contemporâneos uma mescla de distintas identidades culturais e territoriais, que antes conformavam distintas territorialidades (variadas formas de apropriação de uma parcela do espaço por distintos grupos sociais). Neste processo de construção dos Estados nacionais temos a relação cada vez mais forte entre o Estado territorial e o Estado-nação. O Estado e seu território tendendo a promover uma única identidade, construída, vale ressaltar mais uma vez, através do processo de construção de uma identidade nacional, seja do ponto de vista cultural - em termos da partilha de uma cultura (língua, religião...) - que leva à asfixia de traços culturais e tradições minoritários, seja do ponto de vista da organização social como um todo.

Por um largo período de tempo, portanto, diversas territorialidades, que hoje emergem com caráter de novas, foram subordinadas ou subjugadas coercitivamente, e permaneceram, por assim dizer, submersas, como é o caso de muitos processos em curso nos anos 1990 no ex-bloco socialista. Cabe, portanto, questionar onde está a novidade.

O fato é que, se as velhas territorialidades pareciam mais nítidas ou mais fáceis de ser identificadas, hoje há uma complexificação e uma sobreposição muito maior de territórios. Muitas vezes não se tratam de novas territorialidades enquanto construção de novas identidades culturais; a novidade está mais na forma com que muitas destas territorialidades, imersas sob o jugo da construção identitária padrão dos Estados-nações, ressurgem e provocam uma redefinição (ou mesmo indefinição) de limites político-territoriais, alterando a face geográfica do mundo neste fim de milênio. Da intensificação do fluxo de pessoas de diferentes classes, línguas e religiões à intensificação do fluxo de

mercadorias, capital, informações, tudo parece mais móvel, relativizando as fronteiras territoriais tradicionais como forma de controle. Hoje o espaço nacional cede rapidamente lugar aos espaços locais, seletivamente escolhidos para se inserirem nos circuitos da globalização.

Entre as características que regem a emergência destas novas-antigas territorialidades temos, inseridas nos processos de globalização /mundialização:

1. a formação simultânea de uma elite globalizada vis a vis a uma enorme massa de excluídos que buscam reconstruir seus territórios, muitas vezes de forma extremamente reacionária e ainda mais discriminatória que a dos Estados-nações.
2. o fortalecimento dos processos de âmbito local frente ao regional e ao nacional - seja como meio de fortalecer condições para competir no mercado, seja como forma de resistência cultural;
3. o aparecimento de vínculos complexos de ordem concomitantemente local e global, sintetizados nos processos de glocalização analisados por Robertson (1995), e, mais radicalmente, na formação de translocalidades, tal como proposto por Appadurai (1997);
4. o recrudescimento de regionalismos e nacionalismos de ordem político-cultural - enquanto movimentos pelo menos parcialmente contra-globalizadores;
5. a constituição de novas modalidades político-institucionais reguladoras do território através, por exemplo, de entidades supra-nacionais e de organizações não-governamentais.

Uma das causas fundamentais para esta reestruturação estaria nas mudanças do papel normativo e regulador do Estado, enquanto aglutinador de diferentes interesses, onde a fração no poder gozaria de uma autonomia relativa

tendências ao esfacelamento a partir de conflitos de fundo étnico-territorial.

(Poulantzas, 1978). Enquanto em alguns lugares há um enfraquecimento do Estado, que não tem mais meios de manter uma pretensa coesão nacional frente às disputas regionais e dos lugares para se globalizar (a "guerra dos lugares" a que alude Santos, 1996). Em outros lugares os nacionalismos são retomados, sob as mais diversas argumentações e colorações políticas, da esquerda ultra-radical à extrema direita: muitas vezes em nome da preservação e/ou defesa da identidade territorial. Estamos muito longe, entretanto, *do fim dos territórios*, como tentou defender Bertrand Badie (1995), mesmo ao se proceder a uma simplificação grosseira ao se restringir a noção de território às relações na escala do Estado-nação.

Por uma caracterização geral dos territórios

Como instrumento geral de análise e como síntese da multiplicidade de feições que o território e os processos de territorialização assumem num mundo dito globalizado, é possível afirmar que:

- a. A construção do território resulta da articulação de duas dimensões principais, uma mais material e ligada à esfera político-econômica, outra mais imaterial ou simbólica, ligada sobretudo à esfera da cultura e do conjunto de símbolos e valores partilhados por um grupo social. Assim, a princípio, há três possibilidades na fundamentação dos territórios, conforme estejam mais ligados a uma ou outra destas três esferas da sociedade. Num sentido mais material-funcionalista, o território pode estar vinculado tanto ao exercício do poder e ao controle da mobilidade via fortalecimento de fronteiras, quanto à funcionalidade econômica que cria circuitos relativamente restritos para a produção, circulação e consumo.
- b. Num sentido mais simbólico, o território pode moldar identidades culturais e ser moldado por estas, que fazem dele um referencial muito importante para a coesão dos grupos sociais.
- c. O território, além de ter diferentes composições na interação entre as dimensões política, econômica e simbólico-cultural, pode ser visto a partir do grau de fechamento e/ou controle do acesso que suas fronteiras impõem, ou seja, seus níveis de acessibilidade. Assim, teríamos desde os territórios mais abertos, de fronteiras permeáveis, intensamente conectados ou redificados, até aqueles mais fechados, quase impermeáveis. Entre os dois extremos desdobram-se os mais diversos níveis de permeabilidade ou flexibilidade (ver, por exemplo, a "territorialidade flexível" apontada por Souza (1995:87) para as metrópoles modernas).
- d. Uma propriedade geográfica fundamental diz respeito à continuidade e descontinuidade do território, ou seja, seu maior ou menor grau de fragmentação. Territórios globais tendem a se fragmentar e ao mesmo tempo se re-articular pela presença de diversos tipos de rede que vinculam seus diversos segmentos. A velha estratégia do "dividir para melhor governar", embora mais complexa, também encontra-se presente no mundo contemporâneo, vide os exemplos da Bósnia e da Palestina. Neste sentido, mais tradicional, de território político que reivindica a condição de Estado-nação, a fragmentação geográfica não é, entretanto, como no passado, uma condição para a fragilização do poder., tendo em vista que agora este se potencializa pela capacidade conectiva (de conexão) de cada fragmento do espaço, mediada pelas relações sociais necessárias à reprodução social.

e. O território deve ser trabalhado sempre a partir de sua perspectiva temporal, já que envolve profundas transformações ao longo da história. Desse modo, tomando como referência as temporalidades de curta e longa duração tal como definidas por Fernand Braudel, temos desde os territórios episódicos ou conjunturais, que podem mudar ou mesmo desaparecer em questão de horas (como os territórios da prostituição em certas áreas das grandes cidades (Ribeiro e Mattos, 1996), até os territórios de mais longa duração (como muitos Estados-nações), estruturais a uma sociedade. Com relação à temporalidade, devemos considerar também o caráter permanente, cíclico ou circunstancial do território.

f. Outra característica a ser considerada é a maior ou menor instabilidade territorial, seja pela facilidade em recompor os desenhos fronteiricos, seja pela facilidade em diminuir e aumentar o seu grau de acessibilidade. Logicamente esta instabilidade está amplamente ligada à maior ou menor fragmentação territorial e à duração de uma territorialidade no tempo, conforme comentado nos dois itens anteriores. A isso se soma ainda a maior ou menor superposição a que um território está submetido (item a seguir).

Juntamente com o grau de instabilidade territorial encontra-se a maior ou menor possibilidade de um território ser entrecruzado por ou se inserir no interior de outros, já que uma das características do mundo dito global é promover uma complexa superposição de territórios. Vinculada a esta super ou interposição encontramos a questão da escala territorial: continua relevante para o geógrafo saber se uma territorialidade tem abrangência local, regional, corresponde aos limites do Estado-nação ou cobre o mundo como um todo. Porém, mais do que isto, é imprescindível, hoje,

verificar até que ponto os territórios estão des-conectados nesta complexa teia de imbricação entre múltiplas escalas⁸.

Uma nova territorialidade possível: o território-mundo

Entre as novas territorialidades em gestação, talvez a mais surpreendente seja aquela que envolve a escala-mundo. É a sua existência, afinal, que de diversas maneiras coroaria os processos de globalização, de certa forma legitimando-os, na medida em que a dimensão política da globalização, o controle político dos fluxos (especialmente de capitais), é a menos evidente. Simbolicamente, territórios como aqueles das reservas naturais e patrimônios da humanidade podem ajudar na consolidação de uma identidade-mundo, capaz de unir numa mesma "rede-território" toda a civilização planetária, que pela primeira vez (desde a Segunda Grande Guerra) coloca em risco sua própria existência na superfície da Terra.

Estaríamos vivenciando um processo radicalmente novo de territorialização, pelo menos no que diz respeito à escala planetária, com a formação de uma nova identidade territorial, um novo espaço a controlar (e preservar) de maneira conjunta, a Terra em sua totalidade (ou a "Terra pátria", no dizer de Edgar Morin e Anne Brigitte Kern, 1993)?

Essa possibilidade de uma sociedade global no sentido positivo, e não apenas negativo de opressão e controle (do Grande Irmão planetário, como diria George Orwell em seu romance 1984), coloca pela primeira vez na história a possibilidade de uma "sociedade-mundo" (Lévy, 1992) onde valores como a democracia, a autonomia e os direitos humanos seriam de fato universalizados.

⁸ Uma tentativa de apreender empiricamente estas complexas des-conexões, da qual resultou um mapeamento de diferentes redes/escalas que perpassam as cidades, incluindo-as ou excluindo-as dos circuitos externos à região (no caso o leste paraguaio), é o trabalho de Haesbaert (1998b).

Para isso, uma nova identidade sócio-territorial, também planetária, torna-se imprescindível. Neste sentido, a consciência global dos problemas (ecológicos, político-militares, econômicos, médico-sanitários...) pode constituir um primeiro passo.

Lévy, numa visão a partir do contexto europeu, identifica como problemas mundiais contemporâneos aqueles relacionados ao meio-ambiente, às questões demográficas, médicas (Aids, cólera...), ao tráfico de drogas e ao armamentismo. Ressalta que "a questão é saber se, para um problema mundial, há também um tratamento mundial" (1992:22), ou, em nossa opinião, se se tratam de questões que estimulam a integração (para sua resolução) ou se, por manifestarem uma situação de crise, evidenciam muito mais uma dinâmica de fragmentação do que de globalização.

O surgimento de uma opinião pública internacional (com uma mídia globalizada) e de uma política mundial (com entidades e instituições como a ONU, o Grupo dos Sete, o FMI e as ONGs) são respostas ainda tímidas, ou exclusivamente a serviço das grandes redes moldadas pela elite planetária. Em síntese, Lévy afirma que "o homem em geral não tem maior significação hoje do que no passado; mas a generalidade dos homens ganha sentido" (1992:214). O novo padrão que tenta moldar a sociedade vai gradativamente diminuindo as distâncias no nível planetário, ao ponto de, na "sociedade-mundo" de Jacques Lévy, termos uma *distância nula*, pois "todos os pontos da Terra pertencem a uma mesma sociedade" (1992:23) através de redes sincronizadas.

Essa afirmação a nosso ver é hipotética - só é válida, se é que a sociedade-mundo está de fato se estruturando, para um grupo social muito seletivo. Talvez esteja se moldando assim, hoje, uma nova concepção de território: um território que, acoplado inúmeras redes, poderia

dar-lhes uma unidade e incorporá-las, integrando-as num grande lugar: o território-mundo. Vide a polêmica teoria de Gaia, da Terra como um grande ser vivo - que, apesar de todas as críticas e do "naturalismo" (ou mesmo, por outro lado do "espiritualismo") a que está propensa, que pode ter um importante papel ao demonstrar a necessidade dessa identidade-mundo, reunindo de maneira indissociável a natureza e a sociedade. O problema é distinguir que grupos a utilizam/manipulam e que níveis de autonomia e em que escala estão realmente dispostos a difundí-la.

oOo

Bibliografia

- ALLIÈS, P. (1980) *L'invention du territoire*. Grenoble: Presses Universitaires.
- APPADURAI, A. (1997) Soberania sem territorialidade: notas para uma Geografia pós-nacional. *Novos Estudos Cebrap*, n° 49, nov.1977. São Paulo.
- BADIE, B. (1995) *La fin des territoires*. Paris: Fayard.
- BERQUE, A. (1995) *Les raisons du paysage*. Paris: Hazan.
- BONNEMAISON, J. (1981) Voyage autour du territoire. *L'espace géographique - dossier « La géographie culturelle »*. Vol.10 (4), 249-262. Paris
- CASTELLS, M. (1996) *The rise of the network society*. Malden & Oxford: Blackwell.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. (1972) *L'Anti-Edipe*. Paris: Editions de Minuit.
- GIDDENS, A. (1991) *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: EdUnesp.
- HAESBAERT, R. (org.) (1998a) *Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo*. Niterói: EdUff.
- HAESBAERT, R. (1998b) Desconexão urbana e regional na periferia da periferia de um mundo em globalização. *Livro de Resumos, Encontro Internacional Redes e Sistemas*. São Paulo: EdUsp.
- HENDERSON, J. & CASTELLS, M. (ed) (1987) *Global restructuring and territorial development*. Beverly Hills: Sage.
- LEFEBVRE, H. (1987) *La production de l'espace*. Paris: Anthropos.
- LÉVY, J. (1993) A-t-on encore (vraiment) besoin du territoire? *Espaces Temps*. n° 51-52, 102-142. Paris.

- LIMONAD, E. (1998) Cidades: do lugar ao território. Campinas: *Anais do III Seminário de história da cidade e do urbanismo*, FAU Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- MOREIRA, R. (1997) Da região à rede e ao lugar (A nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo). *Ciência Geográfica*, n° 6, abril 1997, 1-11. Bauru. (Acessível em http://www.uff.br/etc/index_n_1_ano_.html).
- MORIN, E. & KERN, A.B. (1995) *Terra Pátria*. Porto Alegre: Sulina.
- ORTIZ, R. (1994) *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- POULANTZAS, N. (1980) *O Estado, o Poder, o Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal.
- RANDOLPH, R. (1997) Comunicação, Redes e Novas Espacialidades. Rio de Janeiro: *Workshop Internacional: Comunicação, Espaço e Novas Formas de Trabalho*. IPPUR/UFRJ e CFCH/UFRJ.
- RIBEIRO, M.A. & MATTOS, R.B. (1996) Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. *Território*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, v.1, n° 1. Rio de Janeiro: UFRJ.
- ROBERTSON, R. (1995) Glocalization: time-space and homogeneity-heterogeneity. In FEATHERSTONE, M. et al. (org.) *Global modernities*. London:Sage.
- SACK, R. (1986) *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SANTOS, M. (1985) *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel.
- SANTOS, M. (1994) *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: Hucitec.
- SANTOS, M. (1996) *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec.
- SOUZA, M.L. (1995) O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. et al. (org.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- STORPER, M. (1994) Territorialização numa economia global. In LAVINAS, L. et al. (org.) *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- TUAN, Y. F. (1980) *Topofilia*. São Paulo: Difel.
- TUAN, Y. F. (1983) *Espaço e Lugar*. São Paulo: Difel.
- VELTZ, P. (1996) *Mondialisation, villes et territoires*. Paris: PUF.

oOo